

Circular nº 15/2013*30 de Abril de 2013*

Assunto: 01 de Julho de 2013 - Nova data de entrada em vigor do regime de bens em circulação, objecto de transacções entre sujeitos passivos de IVA

Esclarecimentos

Caro Associado,

1. Introdução

A Portaria n.º 161/2013, recentemente publicada, altera para o dia 1 de Julho de 2013 a entrada em vigor do novo regime de bens em circulação. Esta Portaria introduz algumas notas adicionais ao regime, designadamente no que se refere a procedimentos a adoptar na comunicação pela internet ou comunicação via telefónica, mas não introduz alterações no que respeita à matéria tratada na nossa Circular nº14/2013, de 19 de Abril, dedicada ao transporte de ferramentas e peças destinadas à actividade de manutenção e assistência técnica.

Efectivamente, já era aguardada há alguns dias informação complementar sobre o regime de bens em circulação. Com a referida Portaria nº 161/2013, justifica-se a presente circular dedicada a esclarecimentos sobre a matéria, incluindo a circulação de materiais destinados a obras.

2. Esclarecimentos

Relativamente ao regime de materiais destinados a obras, em nossa opinião, os procedimentos são idênticos aos descritos para as peças destinadas à actividade de manutenção em serviços prestados pelo remetente, ou seja pela empresa instaladora. Desta forma, os respectivos documentos de transporte são globais, na medida em que os destinatários dos bens são algumas vezes desconhecidos e as respectivas quantidades a entregar podem não implicar a sua utilização na sua totalidade. Pelo que, os materiais expedidos só deverão ser considerados como efectivamente entregues quando puderem ser facturados, com suporte em autos de medição ou por “folha de obra”, ou qualquer outro tipo de documento equivalente.

No momento das entregas efectivas de bens, deve ser emitido um documento “definitivo” por cada entrega, com referência expressa ao documento de transporte global. Este documento “definitivo” pode ser a própria factura.

Nota: Estes documentos das entregas efectivas e das folhas de obra (ou documento de consumo de bens) podem ser emitidos em papel sem qualquer formalismo (não precisa de ser pré-impresso tipograficamente) ou por sistema informático. Estes documentos das entregas efectivas e as folhas de obra (ou documento de consumo de bens) devem ser comunicados por inserção no Portal das Finanças, até ao 5.º dia útil seguinte ao das entregas efectivas ou do consumo dos bens evidenciados na folha de obra, com base no documento de transporte global.

Quanto aos materiais sobrantes das obras, no nosso entendimento, deve ser emitida uma Guia de Transporte de retorno ao armazém, ou a outra obra, fazendo menção ao documento global inicial.

Atenção, de qualquer modo deverá existir sempre uma comunicação prévia à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) dos elementos identificadores dos documentos de transporte antes do início do mesmo, com obrigatoriedade da referida comunicação produzir efeitos a partir de 01 de Julho de 2013, com os procedimentos já descritos na anterior Circular.

Exceptuam-se as seguintes situações, em que não é obrigatória a comunicação prévia à AT:

“São excluídos das obrigações de comunicação (...) os documentos de transporte em que o destinatário ou adquirente seja consumidor final.” (nº 2 do art.º 2º da Portaria nº 161/2013)

Nota: Esta exclusão visa reforçar a proteção de dados pessoais dos consumidores finais, em linha com o disposto no Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 de Agosto.

Ainda segundo o nº 10 do art.º 5º do Decreto-Lei nº 198/2012, a comunicação dos elementos dos documentos de transporte à AT não é obrigatória para os sujeitos passivos que, no período de tributação anterior, para efeitos dos impostos sobre o rendimento, tenham tido um volume de negócios igual ou inferior a 100.000,00 Euros.

3. Documentos de Transporte

Para melhor orientação reproduzimos aqui alguma informação constante da nossa Circular n.º 14/2013, relativa aos documentos de transporte, nomeadamente no que se refere a aspectos relacionados com a sua definição, processamento e comunicação de dados.

3.1 Definição de “Documentos de Transporte”

Segundo a alínea b) do n.º 1 do art.º 2º “Definições” do Decreto-lei nº 198/2012 (Página 4671 do D.R.), são considerados documentos de transporte *“a fatura, guia de remessa, nota de devolução, guia de transporte, ou documentos equivalentes.”*

3.2 Processamento dos documentos de transporte

3.2.1 De acordo com o n.º 1 do art.º 5º do Decreto-lei nº 198/2012, *“Os documentos referidos nas alíneas b) do n.º 1 do art.º 2º devem ser emitidos por uma das seguintes vias:*

- a. Por via electrónica, devendo estar a garantida a autenticidade da sua origem e a integridade do seu conteúdo, de acordo com o Código do IVA;*
- b. Através de programa informático que tenha sido objecto de prévia certificação pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), nos termos da Portaria nº 363/2010, alterada pela Portaria nº 22-A/2012 de 24 de Janeiro;*
- c. Através de software produzido internamente pela empresa ou por empresa integrada no mesmo grupo económico, de cujos respectivos direitos o autor seja detentor;*
- d. Directamente no Portal das Finanças;*
- e. Em papel utilizando-se impressos numerados de forma sequencial e tipograficamente.”*

3.2.2 Conforme previsto no n.º 5 do art.º 5º *“Os sujeitos passivos são obrigados a comunicar à AT os elementos dos documentos processados nos termos referidos no n.º 1, antes do início do transporte”. Por seu turno, no n.º 6 encontramos que “A comunicação prevista no n.º anterior é efectuada da seguinte forma:*

- a) *Por transmissão electrónica de dados à AT, no caso dos documentos emitidos segundo as alíneas a) a d) do n.º 1 do art.5.º, exceptuando-se portanto o documento emitido em papel referido na alínea e). Desta comunicação resulta a atribuição pela AT de um código de identificação;*
- b) *Através de serviço telefónico disponibilizado para o efeito, com indicação dos elementos essenciais do documento emitido, com inserção no Portal das Finanças até ao 5.º dia útil seguinte.”*

Nota: Recomenda-se a verificação das condições de comunicação eletrónica de dados à AT pelo art.º3º da Portaria nº 161/201, que aqui se reproduz:

“1 – A comunicação por transmissão eletrónica de dados prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 5.º do regime de bens em circulação é efetuada por uma das seguintes vias:

- a) Por transmissão electrónica em tempo real, integrada em programa informático, utilizando o Webservice disponibilizado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT);*
- b) Através do envio de ficheiro exportado pelo programa informático de emissão, recorrendo à aplicação de envio de dados disponibilizada no Portal das Finanças na Internet (www.portaldasfinancas.gov.pt);*
- c) Através da emissão direta no Portal das Finanças do documento de transporte.”*

3.3 Elementos a constar nos documentos de transporte

Segundo o art.º4º do Decreto-Lei nº 168/2012, são os seguintes os elementos a constar nos documentos de transporte:

De acordo com o previsto no n.º 1, *“As Facturas devem conter obrigatoriamente os elementos referidos no n.º5 do art.º36º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.”*

Diz o n.º 2 que *“Sem prejuízo do disposto do n.º6 do presente artigo as Guias de Remessa ou documentos equivalentes devem conter, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) Nome, firma ou denominação social, domicílio ou sede e número de identificação fiscal do remetente;*

- b) *Nome, firma ou denominação social, domicílio ou sede do destinatário ou adquirente;*
- c) *Número de identificação fiscal do destinatário ou adquirente, quando este seja sujeito passivo, nos termos do artigo 2.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado;*
- d) *Designação comercial dos bens, com indicação das quantidades.”*

4. Comentário Final

No caso em que o destinatário seja desconhecido e a saída de bens se destine a incorporar em serviços prestados pelo remetente, neste caso, em nosso entendimento, o destinatário é o próprio remetente fornecedor do serviço, de que é exemplo o serviço de instalação e de manutenção. Igual entendimento aplica-se aos materiais sobrantes que retornam ao armazém do prestador do serviço ou que sejam reencaminhados para outras obras.

Com os melhores cumprimentos,

A DIRECÇÃO DA APIRAC

NOTA: Esta circular resulta de um contributo da BTOC, entidade protocolada com a APIRAC para a Consultadoria nas áreas contabilística e fiscal.